

SOBRE QUINTAS, FAZENDAS E PLANTADORES DE CAJÚ: ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DA REGIÃO DO CAJU CEARENSE

Maria Soares da Cunha¹

R E S U M O

Este ensaio constitui um exercício de aproximação da categoria agricultura familiar. A articulação trabalho familiar e propriedade da terra ao tempo que se destaca como característica central dessa categoria, também representa um aspecto que a torna genérica, devido à diversidade de formas sociais e situações específicas que a agricultura familiar assume no tempo e no espaço. Investigar os fatores que explicam o dinamismo econômico da agricultura familiar ou analisar os mecanismos de seu “equilíbrio” precário e instável de reprodução? Essas são duas perspectivas de abordagem dessa temática. Ainda com o intuito de problematizar essa categoria, retomamos um estudo sobre a agricultura do caju, realizado no final dos anos 90 em Cascavel, Estado do Ceará, focalizando, através da discussão do papel do Estado e dos produtores familiares de castanha (“plantadores de caju”), o processo de expansão desse sistema produtivo e seus principais dilemas de reestruturação.

Palavras-chaves: agricultura familiar – diversidade – instabilidade – Estado – produtor familiar de castanha

¹ Doutoranda do PPGEIO/UFPE - *csmaria@uol.com.br*

ABSTRACT

This essay constitutes an exercise of approach of the category family farmer. The articulation family work and property of the land at the time that stands out as central characteristic of this category, also represents a aspect that becomes it generic, due to in social ways and specific situations that the family farmer assumes in the time and the space. To investigate the factors that explain the economical dynamism of family farmer or to analyze the mechanisms of its precarious and unstable “balance” of reproduction? These are two perspectives of boarding of this thematic one. In the second section, we retake a study on the agriculture of cashew nut accomplished at the end of the 1990’s in Cascavel, State of Ceará, focusing, through the discussion of the paper of the State and of the family producers of cashew nut (“cashew planters”), the process of expansion of this productive system and and their main restructuring dilemmas.

Keywords: family farmer - diversity - instability - State - family producer of cashew nut

A G R I C U L T U R A F A M I L I A R: explorações de uma categoria política, social e acadêmica

No Brasil, a expressão e categoria agricultura familiar ganhou grande visibilidade e dizibilidade em meados dos anos 90. Vale então refletir: como essa categoria emerge como um conceito-síntese, passando a aglutinar representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais, técnicos e produtores intelectuais de várias disciplinas que passaram a se dedicar ao tema?

Para Schneider (2003), a maior freqüência do tema agricultura familiar no Brasil é resultante da conjugação de três campos/eventos: político, social e acadêmico. Para o mesmo autor,

[...] a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais[...] (SCHNEIDER, ibdem.,p.3).

Adotar essa categoria-síntese no início dos anos 90 mostrou-se uma estratégia importante para os movimentos sociais do campo, que passaram a exercer forte pressão em defesa de *políticas públicas diferenciadas* para a categoria social constituída pelos agricultores familiares. Dessa forte pressão resultou a criação em 1996 do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), surgindo com a finalidade de fornecer apoio creditício e institucional às categorias de pequenos produtores rurais. A instituição desse programa pelo Estado brasileiro marca a legitimação dessa noção no cenário social e político do país.

O terceiro elemento destacado por Schneider (2003, p. 3) compreende a reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade a partir da segunda metade da década de 1990. Para esse autor, “[...] assiste-se ao crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural”.

Abramovay (1997) afirma que até meados da década de 1990, as expressões “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, e até mesmo “agricultura de subsistência” eram adotadas nos documentos oficiais e na grande maioria dos trabalhos acadêmicos realizados no Brasil como noções equivalentes. O autor refuta

essa associação por considerar que a mesma representa um preconceito, um julgamento prévio em relação à expressão econômica da agricultura familiar.

Para Wanderley (1996, p.02) “[...] a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares.” Essa articulação e complementação entre propriedade e trabalho assumem, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais, entre elas, Wanderley cita a agricultura camponesa, a agricultura de subsistência e a pequena agricultura. Ou seja, a autora considera a existência de formas de agricultura familiar camponesa e outras formas de agricultura familiar não camponesa.

Abramovay preocupa-se com a expressão produtiva da agricultura familiar, o comportamento econômico que a torna competitiva e integrada ao mercado. Para o mesmo autor, ao lado de milhões de unidades que podem ser consideradas precárias, pequenas, de baixa renda, o país também dispõe de “[...] um segmento familiar dinâmico capaz de integrar-se ao sistema de crédito [...] que adota a inovação tecnológica e integra-se a mercados competitivos.” (ABRAMOVAY, 1997, p. 04). Esse dinamismo é resultante de três fatores: 1) a base material de produção – extensão e quadro natural; 2) a formação dos agricultores; 3) o ambiente sócio-econômico de atuação com instituições que dão suporte ao comportamento econômico moderno.

O autor volta-se para dois segmentos que marcam o processo de desenvolvimento agrícola brasileiro, o setor patronal e os agricultores familiares que apresentam comportamento dinâmico. Para Abramovay, o último setor deve ser a base de uma estratégia descentralizada de desenvolvimento, sobretudo por permitir efeitos multiplicadores muito mais amplos, enfatizando que:

Se a preocupação com a agricultura envolver não só o aspecto produtivo mas também uma estratégia de desenvolvimento descentralizado e voltado à ocupação equilibrada do território, as unidades familiares apresentam um trunfo decisivo: elas podem ser a base de formação de uma sociedade civil no meio rural, daquilo que aparece freqüentemente como termos

antagônicos: a cidadania no campo. (ABRAMOVAY, 1997, p. 10).

Segundo Neves (2004), a história demonstra a capacidade de resistência e de adaptação da agricultura familiar, assim como seu potencial para contribuir a um desenvolvimento nacional socialmente mais justo, com um potencial de produtividade econômica elevado. A valorização do potencial da agricultura familiar é um aspecto consensual para muitos autores. Todavia, alguns enfocam um tipo ideal de produtor familiar, que deverá ser o protagonista das estratégias de desenvolvimento, o mesmo sendo reconhecido e construído mediante a expansão dos vínculos com o mercado.

Uma inquietação que emerge é a seguinte: o agricultor familiar dinâmico é um novo personagem que rompe com a tradição camponesa?

Neves (Ibdem) questiona a utilização do termo agricultura familiar como estratégia de abandono da noção de camponeses e pequenos produtores mercantis, associando a essas noções, meramente atributos negativos, tais como atrasados, resistentes à mudança, semialbetizados e muitos outros desabonos sociais. Ela ressalta a depuração pela negatividade do significado de camponês:

Lamentavelmente, no mesmo roldão que consagrou o termo *agricultura familiar*, também ocorreu certo abandono ou secundarização do patrimônio cultural e intelectual correspondente às reflexões em torno de formas de exploração de atividades agrícolas reconhecidas como camponesas ou, no Brasil mais ainda, pequena produção agrícola. (NEVES, Ibdem., p. 04)

Na perspectiva de Wanderley (1996, p. 13) não ocorre uma ruptura total e definitiva do agricultor familiar com sua tradição camponesa: as transformações do chamado agricultor familiar moderno constituem uma resposta à necessidade de adaptar-se a novas exigências da sociedade, mas “[...] uma parte significativa desta categorial social [agricultor familiar ‘moderno’], quando comparados aos camponeses

ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade.” Wanderley (1996, p. 07) acrescenta,

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.

No entendimento da mesma autora, a tradição camponesa ou o patrimônio sócio-cultural é um fator fundamental para que ocorra essa adaptação às condições modernas de produção:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. (WANDERLEY, *ibidem.*, p.14).

Wanderley (1996, p.09) defende que o campesinato continua a se reproduzir nas sociedades modernas e que outras formas de agricultura familiar não camponesas também se multiplicaram. Um importante traço dessas formas não camponesas diz respeito a “[...] perda crescente da autonomia tradicional,

consequência da integração e subordinação à sociedade englobante e pelo esvaziamento das sociedades locais, provocado pelo êxodo rural”.

Os agricultores de subsistência, por razões históricas e sociais diferentes, organizam sua produção, visando a sobrevivência imediata, sem vincular suas estratégias produtivas ao projeto do futuro da família. A constituição do patrimônio fundiário não é uma força estruturadora da agricultura de subsistência, constituindo, portanto, um modelo que se reduz a função de subsistência. (WANDERLEY, *ibdem*).

Que aspectos indicam a desagregação da agricultura familiar camponesa? Wanderley mostra que os estudiosos devem ter cautela no estudo do campesinato brasileiro, pois muitos elementos que são identificados como denunciadores do processo de dissolução do modelo camponês, podem, por outro lado, fazer parte das estratégias de reprodução da agricultura camponesa.

A historiografia do campesinato no Brasil é repleta de trajetórias de sujeitos que perseguem um espaço próprio e definitivo na economia e na sociedade. Trata-se de registros de um setor mais ‘bloqueado’ do que estimulado a desenvolver suas potencialidades, devido às dificuldades encontradas para a implantação de um sistema produtivo diversificado.

No Brasil, os camponeses se constituíram sob o signo da precariedade estrutural, tendo que enfrentar as dificuldades a partir de alternativas que encontravam: “[...] submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente”. (WANDERLEY, 1996, p. 18). Todas essas alternativas podem, em grande parte, funcionar como estratégia de preservação de cultura e da autonomia, compondo, portanto, a lógica interna de reprodução da agricultura camponesa.

Portanto, uma linha de investigação importante para os pesquisadores que se debruçam sobre a agricultura familiar camponesa consiste em compreender os mecanismos do equilíbrio precário e instável do campesinato do nosso país. Tendo em vista a breve discussão desta primeira seção, procuramos explorar a seguir

informações e dados de um levantamento empírico realizado no município de Cascavel-CE, no que diz respeito ao papel dos produtores familiares de castanha na constituição do chamado agronegócio da castanha, procurando oferecer um breve panorama dos principais limites à sua continuidade nesse sistema produtivo.

CAJUEIRO QUE ESPARRAMA PELO CHÃO: o papel do Estado e dos plantadores de cajueiro no processo de formação e crise da agricultura do caju

A estruturação de um sistema produtivo ligado à produção de castanha de caju no Brasil data da segunda metade do século XX. De forma geral, o impulso a esse setor acontece no contexto geral da modernização da agricultura brasileira, em uma fase desenvolvimentista e conservadora da política estatal brasileira. O Estado tem um papel relevante, mas não se pode relegar ao segundo plano a participação dos camponeses no processo de formação de uma região² do caju no Nordeste brasileiro.

O cajueiro comum ou *Anacardium occidentale L* é uma planta bastante difundida pelo mundo. O Nordeste brasileiro é considerado o seu centro de origem e dispersão. O Ceará possui a maior área de plantios de cajueiro do Nordeste, cujos cultivos localizam-se na faixa litorânea, sendo encontrados também em áreas da superfície sertaneja. O principal produto de comercialização da agricultura do caju é a castanha³. No Brasil, a atividade econômica hoje componente do chamado agronegócio do caju surgiu “[...] por ocasião da II Guerra Mundial [1939-1945] para atender a demanda dos Estados Unidos pelo Líquido da Casca de Castanha de Caju – LCC, que na época constituía insumo estratégico para fabrico de tintas, vernizes, pós de fricção, lubrificantes, isolantes elétricos, dentre outras aplicações.” (LEITE; PAULA PESSOA, 2004, p. 02).

² O termo *região do caju* é correntemente utilizado pelos agentes envolvidos no sistema produtivo da amêndoa de castanha para designar as áreas de maior concentração de plantios de cajueiro. Neste texto não discutimos a dimensão teórica e metodológica do conceito de região, procurando evitar um tratamento superficial não condizente com os avanços já alcançados pela ciência geográfica.

³ É o verdadeiro fruto do cajueiro, sendo constituído por três partes: a casca ou pericarpo, a película ou tegumento da castanha e a amêndoa, cujo peso pode variar de 3 a 32 gramas.

Com o término da guerra, a demanda pelo óleo da castanha reduziu-se bruscamente, fazendo declinar seu preço no mercado mundial. Por conseguinte, este produto acabou se transformando em subproduto, dando lugar ao processo de exportação de amêndoas de castanha de caju – ACC⁴, extraídas do processamento da castanha, que continua sendo até hoje o principal produto do agronegócio caju.

Até o início da década de 1960, a oferta mundial de ACC brasileira é diminuta (1%). O período 1961-1987 define-se como uma fase de ampliação das exportações brasileiras de ACC. O aumento crescente dos preços da castanha no mercado mundial, sobretudo a partir de 1955⁵ desperta o interesse do governo brasileiro que passa a estimular a exportação de ACC.

Esse momento (Governo JK, 1956-1960) coincide com uma fase de adoção de políticas públicas de tratamento da questão regional, pois o Sudeste vive um acentuado crescimento econômico com base industrial, enquanto o Nordeste passa por um período crítico, com os abalos da seca de 1958 e a ocorrência de inúmeros conflitos sociais, sobretudo no espaço agrário.

Dentre as iniciativas voltadas à redução do atraso das estruturas produtivas do Nordeste, a criação em 1959 da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é um marco. O impulso ao setor industrial é considerado o motor do desenvolvimento regional. Entre 1961 e 1965 foram aprovados e reformulados três Planos Diretores da Sudene⁶, favorecendo a captação de subsídios e incentivos estatais com pequena ou nenhuma contrapartida de recursos de empresários interessados em investir nos setores produtivos do Nordeste.

No Brasil, no período de 1966 a 1972 começaram a funcionar dezoito empresas de processamento da castanha. A rápida multiplicação dessas agroindústrias e de sua capacidade tecnológica provocou forte disputa pela matéria-

⁴ É uma especiaria consumida como aperitivo e destinada ao preparo de alimentos na indústria de panificação e confeitaria. As vendas de ACC se dirigem principalmente para os Estados Unidos, que absorve 60% do volume exportado. (LOPES NETO, 1997).

⁵ Um acordo comercial entre a Índia (principal produtora de ACC) e a então URSS provocou o crescimento da demanda desse produto pelo mercado norte-americano, elevando os preços do mesmo. (LEITE, 1994).

⁶ I Plano Diretor da Sudene (Lei N. 3.959, Artigo 34, 1961); II Plano Diretor da Sudene (Lei N. 4.239, Artigo 18, 1963); e III Plano Diretor da Sudene (Lei 4.869, 1965).

prima. Proprietários de agroindústrias de caju elaboraram projetos de implantação de suas próprias fazendas de caju. Muitos projetos dessa natureza foram aprovados. (LEITE, 1994).

De forma geral, nos anos de 1970, os incentivos fiscais do sistema 34/18 da Sudene impulsionaram as atividades industriais e agrícolas ligadas ao caju. Cabe destacar a criação em 1974 do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e dos fundos setoriais: Fiset-Reflorestamento, Fiset-Pesca e Fiset-Turismo, que passaram a promover alterações na sistemática de distribuição dos incentivos e subsídios.

Durante a década de 1980, o Fiset-Reflorestamento transformou-se na principal fonte de incentivo ao plantio de cajueiro. A tolerância dessa planta à seca, a ocorrência de sua frutificação em meses predominantemente não chuvosos (setembro/dezembro – período de escassez de emprego e renda nas zonas rurais), seu baixo custo de produção e a possibilidade do consórcio com cultivos temporários até o quinto ano constituíram fortes razões para justificar a realização do reflorestamento com o cajueiro.

Destarte, o cajueiro ocupou entre os anos de 1979 e 1986 a terceira posição entre as essências com maior área aprovada para fins de reflorestamento, representando 26,3% do total de 781.525 hectares aprovados. As cartas-consultas aprovadas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal⁷ (IBDF), para cultivo do cajueiro no Nordeste, totalizaram 343.962 ha, sendo 75,1% dos projetos concentrados nos Estados do Piauí (33%), Ceará (25,4%) e Rio Grande do Norte (16,7%).

A percepção das vantagens do cajueiro aliada à chegada ao campo das florestas de caju, provocaram a realização e ampliação do seu plantio nos pequenos imóveis rurais. Os estudiosos estimam que do total de castanhas produzidas no Nordeste, cerca de 40% são colhidas em estabelecimentos com área inferior a duzentos hectares. A quinta de caju pode ser identificada como uma unidade familiar de produção agrícola.

⁷Instituto responsável por inscrever, aprovar, repassar recursos e avaliar o desenvolvimento dos empreendimentos florestais. MA-IBDF. Normas legais, administrativas e técnicas, 1971.

No município de Cascavel/CE, onde realizamos um levantamento empírico no final da década de 90, a área de maior concentração de plantios de cajueiro situa-se na faixa de tabuleiros litorâneos e nas áreas de planícies aluvionais dos principais rios (Choro e Pirangi), atingindo ainda alguns trechos de sertão. O trabalho de campo foi realizado principalmente nos distritos de Pitombeiras, responsável pela maior área colhida de castanha de caju e Guanacés, que desponta na produção agrícola do município. Os dois distritos figuram como a região do caju de Cascavel, marcada pela presença das fazendas e quintas de caju.

As quintas de caju são empreendimentos formados por agricultores, que ao longo de anos foram implantando, com recursos próprios e trabalho familiar, o cajueiro em suas propriedades rurais. A maior parte dessas propriedades tem entre 1 e 50 hectares de dimensão. A decisão de implantar o cajueiro na terra principal e ocupando maior área, foi movida principalmente pela possibilidade do cajueiro tornar-se uma cultura de valor comercial.

Como alerta Wanderley, os camponeses não são norteados apenas por propósitos ligados a produção de seu autoconsumo. Eles buscam ter acesso a atividades estáveis e rentáveis, apresentando uma dupla preocupação - a integração ao mercado e a garantia do consumo. E esses dois objetivos complementares são fundamentais para a constituição do que Wanderley chama de “patrimônio sócio-cultural” do campesinato brasileiro. A autora (1996, p.21) afirma que,

[...] desde o período colonial, os chamados “cultivadores pobres livres” sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional, tanto o mercado interno de produtos alimentares, como também o de produtos destinados à exportação [...]

Os camponeses em Cascavel desde o início da década de 1960 começaram a implantar em suas propriedades uma planta permanente e comercial, o cajueiro. A chegada ao campo das florestas de cajueiro, bem como a instalação em 1969 de

uma indústria de processamento da castanha, a Cascaju, de propriedade de um dos maiores industriais do Estado do Ceará, Edson Queiroz, estimula a entrada de camponeses na atividade de produção da castanha. Além disso, o incremento no comércio local de castanhas instiga o agricultor em Cascavel a “fazer sua planta de caju”.

Eu cheguei aqui (Brito) em 55 e plantava a roça porque ninguém sabia que o caju tinha futuro. ...Quando todo mundo começou a plantar, aí os grandes cresceram os olhos e começaram a comprar terras. Era as firma assustando os homens. Os donos de firma chegaram e as terras tão tudo na mão deles. (Pedro Senhorinha, Brito, 1997)

Alguns pequenos produtores chegaram a utilizar a expressão “*As firmas imprensaram os da terra*”, demonstrando a pressão exercida pelo capital industrial interessado em comprar terras para desenvolver seus próprios plantios de cajueiro. Trata-se do capitalista se tornando proprietário de terras, uma das manifestações da lógica contraditória de desenvolvimento do capitalismo no campo. A compra de pequenos imóveis rurais, localizados em área contínua, e sua posterior recomposição em fazendas, foi uma iniciativa bastante comum na época dos subsídios.

Os grandes proprietários e industriais da castanha não plantaram diretamente o cajueiro. Também não chegaram aos campos estabelecendo o trabalho assalariado como a única relação de produção⁸. Na formação da região do caju, o capitalista da indústria/proprietário de terra e/ou capitalista da agricultura utilizou largamente o sistema de parceria e/ou arrendamento.

Para atingir o status de produtor familiar da mercadoria castanha, muitos detentores de pequenos imóveis rurais utilizaram o consórcio entre o cultivo comercial e o roçado fornecendo o seu trabalho e de sua família para proprietários rurais e/ou capitalistas do segmento industrial interessados em formar unidades agrícolas de

⁸ O trabalho assalariado foi utilizado em menor proporção na etapa de formação, sendo mais comum no período de colheita e de realização dos tratos culturais.

produção de castanha. O trabalho na grande propriedade funcionava mediante contrato verbal entre o plantador de cajueiro e o proprietário.

O proprietário geralmente fornecia somente a terra, não adiantando qualquer outro meio de produção. No máximo, cedia as castanhas ao plantador, que se encarregava de plantá-las, podendo implantar o “seu roçado”, ou seja, milho, feijão e mandioca entre as fileiras do cajueiro. O acordo durava normalmente entre três e quatro anos, quando o plantador deixava o cajueiro em sua fase produtiva, com os tratamentos culturais já realizados. Além disso, alguns proprietários exigiam ainda que o plantador de cajueiro pagasse renda em produto pelo uso da terra.

Assim, afora não ter despesas com a contratação de mão-de-obra, o proprietário fundiário também não precisava se preocupar com a reposição da força de trabalho. Os plantadores de cajueiro produziam seus próprios meios de vida, assegurando com o cultivo do roçado – e não com salário – a reprodução da mão-de-obra familiar. O capital não se expande no espaço rural de nosso país somente reproduzindo o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica. (MARTINS, 1990; OLIVEIRA, 2004).

Para os camponeses, realizar o plantio de cajueiro em terras alheias é mais uma condição de sua liberdade como futuro produtor familiar da mercadoria-castanha do que propriamente uma condição de transferência do produto de seu trabalho para o detentor de terras. O trabalho acessório faz parte da lógica interna de reprodução da agricultura familiar camponesa no nosso país. É um dos elementos do equilíbrio instável e precário do estabelecimento familiar. O fato de empregar o trabalho familiar em propriedade alheia ou utilizar trabalho externo não transforma, necessariamente, os agricultores em empresários capitalistas, no sentido tradicional do termo.

O camponês no Brasil apresenta uma longa tradição de trabalhar para terceiros, podendo ainda empregar ele mesmo, trabalhadores em seu imóvel. Segundo Wanderley(p.7)

Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes.

Na formação da região do caju, não ocorreu a destruição total e absoluta do trabalho familiar camponês. O acesso a terra, permitido temporariamente aos trabalhadores familiares, e a apropriação de parte do trabalho de todos os membros da família do plantador de cajueiro acabaram se transformando em pressuposto à expansão das fazendas, sendo fundamental ainda à formação da quinta de caju e permanência no campo desses agricultores.

Para fazer o plantio do caju, os camponeses combinam duas atividades econômicas, a produção de uma mercadoria de valor comercial, a castanha, com a produção dos meios de vida, assegurando a reprodução da força de trabalho familiar através do plantio da roça, que pode atender às necessidades domésticas de consumo, como pode proporcionar a aquisição de outros produtos não produzidos pelo grupo doméstico. Por outro lado, a ocorrência de uma boa safra da castanha representa a garantia de reprodução da capacidade laborativa de toda a família, significando ainda um meio de suprir ou melhorar sua condição de produtor de mercadorias.

Mas, no atual agronegócio do caju, como o produtor familiar de castanha se encontra, após algumas décadas de sua inserção nesse sistema produtivo?

A partir da década de 1990, é cada vez mais comum falar-se em crise e necessidade de recuperação e revitalização do agronegócio da castanha. A maioria dos campos de cultivo de cajueiro tem acima de 15 anos de formação, com muitas plantas improdutivas ou de baixa produtividade. Detentores de quintas de caju apresentam-se no mercado com baixa capacidade de controle sobre sua produção de castanha.

Sem condições de estocar o produto, por falta de recursos financeiros excedentes e instalações físicas apropriadas, os donos de quinta não conseguem controlar sua oferta de castanha, permitindo assim, a transferência de seus ganhos para a cadeia de intermediários, conhecidos como corretores da castanha. A presença dos intermediários no circuito de comercialização da castanha é um dos graves entraves desse sistema produtivo. Como alertam Lucas e Paula Pessoa,

[...] os produtores, ano a ano, descuidam mais dos pomares e não adotam tecnologia, pois os preços pagos pela matéria-prima não são atrativos; por outro lado, a indústria recebe cada vez mais matéria-prima de baixa qualidade, o que orienta a sua decisão de reduzir os preços, de forma a compensar as avarias e impurezas. A solução desse impasse fica mais complicada devido ao fato de que na quase totalidade a comercialização da matéria-prima entre produtores e indústria se dá via corretores ou intermediários.

Leite e Paula Pessoa (2004) calculam que no Brasil mais de 83% da castanha de caju é comercializada via intermediários, o que denota o quanto é forte o poder de especulação desempenhado pela cadeia de corretores de castanha. No topo dessa cadeia encontra-se um grande comerciante, que no período da safra abre seu entreposto de compra da castanha nas sedes de municípios, passando a comercializar com corretores de menor porte, com produtores diretos e com o setor industrial. Os “corretores ricos” deixam a castanha para vender somente após o término da safra, quando conseguem ganhar até mais de 100% em cima do preço pago a maioria dos produtores familiares de castanha⁹.

De forma geral, este grande intermediário possui fornecedores, conhecidos como corretores do mato, ou seja, agentes de comercialização, que no período da safra se deslocam para os distritos e pequenos núcleos populacionais, passando de porteira em porteira, executando a compra da castanha, cujo preço é menor em

⁹ O atravessador nas safras de 1996/97 e 1997/98 comprava a castanha no início da colheita a R\$0,20 o quilo e o revendia na indústria a R\$0,50.

suas mãos em virtude da cobrança do frete e roubo da balança. Vale mencionar ainda os corretores locais, aos quais os produtores recorrem quando estão impossibilitados de fazer a venda da castanha na cidade. Os preços pagos pelos agentes locais de compra da castanha são inferiores aos valores pagos pelos corretores volantes (do mato) ou os do topo da cadeia.

Os produtores familiares de castanha, dominantes em número, pela necessidade de dinheiro e falta de outra fonte de recursos, são obrigados a vender toda a sua produção logo no início da safra, aumentando a oferta e, conseqüentemente, reduzindo o preço da castanha por eles produzida, preço que é, de modo geral, inferior às despesas efetuadas na produção¹⁰.

A família jovem e numerosa constitui uma vantagem comparativa desses agricultores, que conseguem continuar participando da cadeia produtiva através do sobretrabalho da família e do grande esforço do produtor durante a fase de tratos e colheita da castanha, tanto em terras próprias como fornecendo essa mão-de-obra a outros produtores.

Todavia, a redução da autonomia demográfica do agricultor familiar é um forte obstáculo. É comum encontrar produtores de castanha, que iniciaram o plantio de cajueiro na década de 60, cujos membros adultos optaram pela mobilidade para outros lugares e atividades produtivas. Então, o trabalho na unidade de produção fica a cargo de idosos e por vezes de mulheres e crianças.

Nesses plantios, a contratação de coletores de castanha e de diaristas torna-se fundamental para ampliar a capacidade produtiva do chefe de família. Esse fator foi um aspecto que não tivemos possibilidade de aprofundar, mas que pode significar mais um grande problema para a melhoria da situação dos segmentos sociais que vivem na chamada região do caju.

¹⁰ No Ceará, desde 1994 vigora um acordo de preço mínimo da castanha. O protocolo firmado pelo governo do Estado, Sincaju e Sindicaju sugere a regulamentação dos preços, como base para um controle da oferta da matéria-prima e redução das perdas dos produtores, industriais, indo contra o poder especulativo exercido pelos comerciantes. Todavia, o referido acordo não é conhecido pela maioria dos donos de quintas de caju, não representando um fator impeditivo para a especulação realizada pelos intermediários.

O ciclo de existência e o tamanho da família são aspectos importantes da lógica de reprodução da agricultura camponesa, podendo incrementar ou limitar a produção, permitir ou inviabilizar a liberação de membros da família para alguma atividade acessória. A citação extraída de Wanderley (1996,p.7), bem como o depoimento de um produtor de castanha,são ilustrativos

Da centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto, definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição, como um elemento chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento[...].

Hoje, o caju só dá alguma coisinha pro produtor se a família dele tiver trabalhando dentro do caju. O produtor que não tem família jovem tá com os cajueiro no mato, por que não compensa pagar apanhador de fora. (Laurindo, Choro, 1997).

A maior parte dos plantios, seja do tipo fazendas ou quintas, atingiu três décadas desde o início da implantação. A maioria dos agricultores que desenvolviam o consórcio cajueiro-roçado conta atualmente com o problema de preenchimento quase total de suas terras com um cultivo permanente que dificulta a continuidade dessa complementação. Os proprietários com maior capitalização e com imóveis de maior extensão conseguem fazer o consórcio gado-cajueiro, mas os que possuem parcelas de terra menores e baixo poder aquisitivo enfrentam esse dilema:

Hoje tem gente que não planta mais roça, milho, por que com o cajueiro não dá mais pra plantar e ninguém vai arrancar uma raiz pra botar outra e mesmo o cajueiro vive nas secas e essas outra não (Zuila, Brito, 1997).

Diante desta situação, a formação de plantios novos é pouco freqüente pós década de 1990. No máximo os produtores fazem o replantio quando os cajueiros tornam-se improdutivos ou morrem após uma seca. Os grandes proprietários não formam plantios novos alegando para tanto a falta de incentivos estatais, que encerraram em 1988. O aumento dos gastos de produção, a redução da produtividade das plantas e da rentabilidade da atividade devido principalmente a variação dos preços tendente a baixa na década de 90 e nos últimos anos também são fortes razões para a falta de renovação de plantios de cajueiro.

A história dos que se tornaram plantadores e donos de quinta de caju é preenchida pelo enfrentamento da precariedade e da instabilidade, sendo impulsionada pelo desejo de permanecer na terra e pela vontade arraigada de constituir um patrimônio familiar, traços esses característicos da trajetória social dos camponeses brasileiros. E quais seus próximos desafios?

PARA ONDE VAI A AGRICULTURA FAMILIAR NO AGRONEGÓCIO DO CAJU?

As principais estratégias comandadas pelo Estado para revitalizar o agronegócio do caju caminham para a conversão da agricultura do caju em um ramo potencial da fruticultura, especialmente a irrigada. Os centros de pesquisa estatais avançaram na área de multiplicação de cajueiro com atributos e qualidades ajustados aos padrões requeridos pela indústria e mercado consumidor.

No modelo da fruticultura ou do sistema integrado de produção de frutas, o cajueiro é explorado em áreas de pequena dimensão, nas quais as plantas mais velhas são enxertadas com clones de variedades mais produtivas e as mudas são selecionadas do cajueiro-anão precoce. Os clones de precoces permitem a multiplicação de plantas de grande potencial produtivo, mais resistentes a problemas fitossanitários e climáticos. Além disso, o período de florescimento já se inicia entre seis e dezoito meses após o plantio, o que permite ao cajueiro precoce ter fase produtiva mais longa. Nesse empreendimento, o cajueiro é consorciado com outros cultivos da fruticultura tropical.

A incorporação de novas formas de produzir na agricultura do caju exige o consumo de um arsenal tecnológico, a abertura do empreendedor às inovações e a realização de experiências com novos produtos genéticos. Para isso, se faz necessário, a disponibilidade de condições financeiras, acesso constante aos serviços agrônômicos, a assessoria de comercialização, entre outros.

A propagação de características desejáveis no cajueiro e as experiências em pequenas áreas utilizando-se insumos, irrigação e mecanização exigem elevados investimentos. O custo médio de um hectare plantado com cajueiro-anão precoce, incluindo o custo do sistema de irrigação localizada, é de R \$ 2.800,00, aproximadamente (LOPES NETO, 1997). Tais custos de produção são incompatíveis com a redução da produtividade¹¹, sobretudo, ao contrapor-los a receita de R\$ 96,00, calculada na venda de castanha ao preço mínimo de R\$ 0,44, o qual não é o preço alcançado pela maioria dos agricultores familiares. Diante dessa conta, pode-se entender a resistência da maior parte dos produtores de castanha em adotar a tecnologia agrícola nos seus campos de cultivo.

Em Cascavel, o empreendedor que já adota este modelo de produção de caju dispõe de fontes de rendimento e lucratividade não restritas à agropecuária, que não constitui sua única e/ou principal atividade. Geralmente também está ligado ao segmento comercial e industrial. É dessa forma que ele consegue se arriscar mais, fazendo experiências com as novas modalidades genéticas de cajueiro em sua exploração frutífera. Esse tipo de produtor é o responsável por ofertar cerca de

¹¹ No Ceará, o nível de produtividade dos cajueiros já atingiu 600 quilos por hectare nos anos de 1980. Porém na última década e nos anos mais regulares das condições climáticas atinge a média de 240 kg/ha. Com esta média de produtividade, o presidente do Sindicato dos Produtores de Castanha de Caju (Sincaju) e da Cooperativa dos Produtores de Caju (Coocaju), Paulo de Tarso M. Ferreira, avalia que a receita bruta alcançada por hectare com a venda de castanha a R\$ 0,40/KG chega a R\$ 96,00. Segundo ele, as despesas com os tratamentos culturais, sem incluir a etapa de colheita, atingem R\$ 126,00. Assim, o esforço produtivo resulta em prejuízo. (LOPES NETO, 1997)

20% da castanha crua que chega ao mercado, conforme estimativa de pesquisadores do Estado do Ceará.

Assumir o papel de empresário da moderna fruticultura não é um caminho fácil na trajetória dos produtores familiares, que enxergam os enormes limites, a falta de autonomia e os altos custos sociais e econômicos desse novo papel. Cada vez mais esses agricultores são destituídos de qualquer capacidade de barganha e de iniciativa modernizadora do seu plantio. Ano a ano, deixam de realizar tratamentos culturais e contratar mão-de-obra externa para a etapa de colheita da castanha.

A visibilidade da idéia-valor agricultura familiar no campo social, político e acadêmico é um aspecto positivo de nosso contexto. Todavia, é necessário redefinir as condições de inserção e reconhecimento da maioria dos agricultores familiares, dotando-os de recursos que venham a subsidiar sua produção e comercialização, contribuindo para sua autonomia social e política e não para o seu esmagamento. Neves (2005) sugere mudanças no aparato institucional ligado a agricultura familiar, sendo a reestruturação dos serviços de assistência técnica uma dimensão importante.

Ainda no campo das intervenções e opções de desenvolvimento, os autores, sensíveis aos milhares de camponeses que residem e resistem no espaço agrário brasileiro, demonstram a necessidade de incorporação dos saberes e do patrimônio sócio-cultural do agricultor, ultrapassando a depuração feita pela negatividade da agricultura camponesa e a restrita definição do agricultor como agente meramente econômico. O apoio à agricultura familiar não acontecerá em um modelo de desenvolvimento agroindustrial de base tecnicista e produtivista.

Como assinala Marques (2002), para responder à racionalidade do capitalismo globalizado, as opções para o desenvolvimento rural são pensadas em nome da competitividade e assinaladas de fora, renovando a funcionalidade econômica das atividades agropecuárias para as sociedades globais e urbanas. E vale acrescentar: são novos os discursos e medidas que colocam em primeiro plano a eficiência produtiva e integração ao mercado?

Encaminhar e divulgar estratégias de saída da crise que elimine a maioria, privilegiando uma minoria, é um caminho relativamente fácil e não inédito. Discutir alternativas para o campo apoiadas exclusivamente em demandas da cidade, do consumidor final e de grupos minoritários, capazes de dar respostas a novas formas de produzir que articulam capital, tecnologia e informação, não se reverterá em efeito equilibrante de renda e de níveis de emprego da mão-de-obra.

Os desafios de gestão organizacional e tecnológica são grandes, mas o maior deles consiste em pensar estratégias capazes de fortalecer a maior parte dos agricultores que agitam e revitalizam o espaço agrário brasileiro, colocando-as ao alcance da participação real desses grupos sociais interessados em formular suas próprias alternativas, melhorar suas condições de vida e de trabalho, mesmo diante de tantas adversidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. *São Paulo em Perspectiva* – Abr/jun, vol. 11, nº2:73-78. 1997(?).

CAVALCANTE, R.N. e LOPES NETO, A. *Agroindústria do Caju no Nordeste: situação atual e perspectivas*. Fortaleza: BNB.1973.

ELIAS, D. e SAMPAIO, J.L.F. (Orgs.) *Modernização excludente: paradigmas da agricultura cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

IBGE. *Pesquisa da Agropecuária Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em 02 set. 2006.

LEITE, L.A.de S. e PAULA PESSOA, P.F.A. de. Cultivo do cajueiro no Nordeste brasileiro: o agronegócio caju. In: *Anais do 12º AGRINORDESTE*, Olinda-PE. Setembro, 2004.

LEITE, L.A.de S. *A agroindústria do caju no Brasil: políticas públicas e transformações econômicas*. Fortaleza: EMBRAPA/CNPICA, 1994. 195 p.

- LOPES NETO, A. *Agroindústria do caju*. Fortaleza: IPLANCE, 1997.263 p.
- MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. In: *Revista Terra Livre*. Ano 18. N. 19. São Paulo: AGB jul/dez.2002. p. 95 – 112.
- MARTINS, J.de S. Os camponeses e a política no Brasil. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena. In: *Revista NERA* – Ano 8, N. 7 – Julho/Dezembro 2005 – ISSN 1806-6755. p.
- OLIVEIRA, A.U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U. de. e MARQUES, M.I.M. (Orgs.) *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p.29-70.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.18. N.51 São Paulo. Fev/2003.
- SANTOS, J.V.T.dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec, 1978. 182 p.
- SILVA, J. G. da et al. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1980. 216p.
- WANDERLEY, M.de N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *XX Encontro Anual da ANPOCS*. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro,1996. 34 p.